

A insanidade (elétrica) institucional¹

Edvaldo Santana²

O resultado é conhecido. Dois anos depois da redução de 20%, foi necessário um aumento de 25% na tarifa. Os idealizadores da MP, sem um pedido de desculpa, chamaram esse aumento de realismo tarifário. Em 2018 a conta de luz já estava 50% maior que em janeiro de 2013.

A nova MP, articulada pelo governo para reduzir a tarifa, também não dará certo. Como a 579, que desencadeou o vale tudo ou a insanidade institucional, tal medida pode custar mais que o dobro, sobretudo para o pequeno consumidor.

Tem razão o governo quando quer reduzir a conta de luz. Mas a ansiedade, motivada pelos danos na popularidade, estimula ações com foco nos efeitos, e não nas causas do descontrole tarifário.

Veja um resultado da insanidade, que, repito, não começou agora: chamada de capa do Globo de 29 de março: “Recursos da venda da Eletrobras vão abater a conta de luz”. Na página 11 é detalhado o que o governo pretende fazer para reduzir em 3,5% o valor da tarifa. Matéria na página B32 do Estadão do mesmo dia: “Preço baixo da energia no País dificulta venda da AES e exige mais negociações”.

Quem está certo: o governo, que quer reduzir o valor da (elevada) conta de luz? Ou a AES, que, em virtude do (baixo) preço da energia, adiará a venda de seus ativos? Os dois estão certos. A conta de luz é das mais caras do mundo. Na outra ponta, o preço da energia gerada (ou da produção das usinas) é, desde janeiro de 2022, um dos mais baixos do mundo. Essa contradição é um reflexo da insanidade - quando fica obscuro o modelo institucional praticado.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/edvaldo-santana/coluna/a-insanidade-eletrica-institucional.ghtml>

Acessado em 09.04.2024

² Doutor em engenharia de produção e ex-diretor da Aneel

A propósito, em artigo no Valor de 4 de abril (“O avanço do Congresso sobre a conta de luz”) Maria Cristina Fernandes, de maneira muito didática, deu nomes e números para essa insanidade. São verdadeiras aberrações regulatórias, na forma e no conteúdo.

Retorno ao Globo do dia 29. Na matéria, com o subtítulo “Desconto prorrogado”, nota-se uma dessas aberrações. Há na Aneel quase 90 GW de projetos de fontes renováveis que perderam o prazo que lhes dariam direito a um subsídio bilionário. Se o desconto for prorrogado, em 2029, quando esses projetos entrarem em operação, algo entre R\$ 17 bilhões e R\$ 19 bilhões (de subsídios desnecessários) irão para conta de luz. Como a sobra de energia aumentará mais ainda, vai também para conta um adicional de, no mínimo, R\$ 1,5 bilhão. Parece loucura, mas a sobra, intencionalmente provocada, também será paga.

Resultado: para reduzir a tarifa em 3,5% serão utilizados cerca de R\$ 8 bilhões de um fundo da privatização da Eletrobras. Contudo, daqui a 5 anos, por causa dos subsídios, o consumidor pagará o dobro disso. E nesse cálculo não foram incluídas as despesas com a securitização da operação com a Eletrobras, nem as desvantagens de liquidar antecipadamente os empréstimos das Contas Covid e de Escassez Hídrica. Assim, o saldo, em desfavor do consumidor, pode ser maior que R\$ 10 bilhões.

No dia 5, quando buscava dados para ilustrar este artigo, consultei o “subsidiômetro”. Naquele dia, o subsídio à geração distribuída (GD) e os descontos às fontes incentivadas eram, respectivamente, R\$ 2,5 bilhões e R\$ 2,4 bilhões.

Articulada pelo governo, nova MP para reduzir tarifa não dará certo e pode custar mais que o dobro

Seguindo essa proporção, de quase R\$ 5 bilhões por trimestre, no fim de 2024, só com esses dois componentes a conta de subsídios se aproximaria de R\$ 20 bilhões. Este é um dos custos (diretos) da transição energética. E mais de 65% vão para a conta de luz dos consumidores mais pobres, que não possuem painéis fotovoltaicos e não estão no mercado livre.

Por isso, no Brasil, a transição energética, apesar dos gigantescos benefícios, é rentável e segura para o investidor, barata e vantajosa para quem a usa, mas é cara, injusta e perversa para quem paga a conta - o consumidor mais pobre.

Por que a AES se queixa do baixo preço da produção das usinas? Esses R\$ 20 bilhões de incentivo às renováveis, dos quais falei acima, são, por meio de um truque genial, tratados como subsídios, mas deveriam fazer parte do custo de geração. O consumidor subsidia combustíveis fósseis, paga o risco hidrológico, segurança energética, energia de reserva, sobra de energia e a expansão desnecessária da transmissão, tudo isso custo de geração.

Esse é o truque: transferir, via subsídios e encargos, custos do segmento de geração para o consumidor. Essa distorção, patrocinada por lobbies via Congresso, representa não menos que R\$ 75/MWh, que deveriam ser adicionados ao custo de geração. É disso que a AES deveria reclamar.

Tem outro truque. O Congresso, com boa narrativa, diz proteger um conjunto de consumidores. Contudo, esses consumidores, chamados de cativos, são os escolhidos para suportar os custos dos subsídios e dos erros do governo na gestão do sistema elétrico.

Mas tem saída: liberar também esses consumidores, deixando-os livre para escolher de quem comprar energia, e repartir os custos dos subsídios e encargos entre todos os usuários da rede. Grande parte do problema desaparece. Ou seja, universalizar o rateio da conta de subsídios e encargos reduziria a conta de luz, sem truque, em mais de 12%. O problema: exigiria o fim dos privilégios de quem se acha com direito adquirido, isto é, exigiria o fim dos cercadinhos VIPs.

A redução da conta de luz, portanto, só será efetiva se o governo tiver vontade política para pôr fim à insanidade institucional. É dela que vêm os principais aumentos da tarifa. Conter essa insanidade implica frear os avanços dos lobbies e do Congresso na conta de luz. Tenho dúvida se o governo tem força para isso, mesmo que arranje vontade política.